

REPORTAGEM ESPECIAL

Autonomia é limitada pelas plataformas, explica professora da Ufrgs

Gabriel Eduardo Bortulini*

Especial para o JC

A autonomia é uma das promessas mais cativantes nos novos formatos de trabalho, incluindo as plataformas. Para Thays Mossi, professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) contudo, ela tem limites. O próprio capitalismo passou a exigir autonomia dos trabalhadores na segunda metade do século passado.

“Por um lado, a gente tem toda a flexibilização da produção, do toyotismo, em que o trabalhador vai ter que se aplicar subjetivamente — não é só mais fazer um trabalho braçal, ele vai ter que pensar, se engajar, se importar com aquilo em alguma medida. Só que isso não resolveu a demanda por autonomia que existia. Isso vai se desenvolver mais adiante na questão do empreendedorismo”, explica.

A autonomia, de acordo com a professora, foi validada como algo a ser almejado pelos indivíduos, que empreendem, abrem seus negócios. A mesma lógica, no entanto, chega a profissões como motoristas e entregadores de aplicativo.

“Eles pensam: ‘eu quero ser meu próprio patrão, quero ter controle sobre meu tempo. Se eu quiser trabalhar, eu trabalho; se não quiser, não trabalho’. Só que o que as pesquisas mostram é que isso na verdade não é uma opção, porque a remuneração é tão baixa que, se você não trabalhar, vai passar fome”, analisa.

Isso não significa a falta de realização pessoal em nome da autonomia. Pessoas que trabalham com essas plataformas podem estar satisfeitas. “Mas, ao mesmo tempo representam coletivamente mais uma camada de precarização do trabalho”, pondera.

Ainda, embora as plataformas digitais ofereçam atalhos a quem busca uma fonte primária ou secundária de renda, a atual lógica da complementação não parece se diferenciar tanto do tradicional “bico”, de décadas passadas.

“O que diferencia é a roupagem ideológica, da lógica do empreendedorismo. Mas de fato não há muita diferença, não me parece ser um fenômeno novo em si. O que é novo é a forma de produzir engajamento a esse formato”, pontua.

Não se pode dizer, contudo, que não haja certo ganho de autonomia. Entretanto, a professo-



De acordo com a especialista, pessoas que trabalham com aplicativos podem estar satisfeitas

ra destaca pesquisas mostrando que os algoritmos possuem mecanismos para penalizar motoristas, por exemplo, que não se mantêm disponíveis constantemente ou que recusam corridas.

“Há uma autonomia, mas ela ainda é muito limitada e cada vez mais as plataformas encontram maneiras de podar essa autonomia”, pondera.

Por fim, Mossi destaca uma diferença entre as ocupações complementares da segunda metade

do século passado em comparação ao cenário atual. A criação do Microempreendedor Individual (MEI) possibilitou a formalização para parte dos trabalhadores que antes eram totalmente informais.

“Outra diferença em relação aos anos 1960 e 1970 é que a gente tinha esse fenômeno mais restrito ao trabalho não qualificado. E agora está mais abrangente, vai para o trabalho qualificado também”, conclui.

Segundo os dados publicados

pelo IBGE em setembro, as motivações para trabalhar por plataformas digitais variam. Para os que as utilizam como trabalho principal, 26,8% citaram a flexibilidade como motivo principal, 24,6% relataram não ter encontrado outro trabalho, enquanto 16,6% citaram a complementação de renda. Quando as plataformas são utilizadas como atividade secundária, no entanto, 87,7% apontaram a complementação de renda como o principal motivo.

Jornadas mais longas podem representar mais exaustão

Manter duas ou mais ocupações que envolvem realização profissional e renda nem sempre representam uma conciliação saudável, no entanto. A advogada e professora Larissa Urruth Pereira trabalha cerca de 56 horas semanais: 36 horas no escritório de advocacia e 20 horas na faculdade, embora quisesse dividir o tempo em cargas mais equilibradas.

“Fica muito pesado, eu me sinto exausta. É bastante difícil conciliar. E claramente a jornada de um trabalho interfere de outro. Por exemplo, essa semana eu estou com um prazo gigantesco no escritório e eu tinha algumas atividades acadêmicas muito importantes, como o lançamento do meu livro e fechamento de semestre, então algumas horas que eu precisava dedicar para o trabalho do escritório eu tenho que dedicar para a academia”, explica.

Para Thays Mossi, exemplos como o de Larissa repercutem diretamente no atual debate da redução da jornada de trabalho.

“A gente está discutindo a questão da escala 6x1. Poder demandar uma redução da jornada de trabalho no cenário do mercado de trabalho hoje chega a ser um privilégio, porque não é um direito acessível a todos ter uma jornada de trabalho fixa. Então, nesse sentido, é quase um privilégio tu poder te organizar e pautar essa questão”, avalia.

A professora do Departamento de Sociologia da Ufrgs ainda destaca um elemento relevante no exemplo de Larissa: tratam-se de dois vínculos formais e não de um complemento de renda partindo da informalidade. “E a questão é que um vínculo trabalhista só não sustenta uma vida. Isso é um problema coletivo muito sério, muito importante”. Mossi ainda discute a organização pessoal de quem acumula mais de uma ocupação, incluindo tempo de descanso e férias. No caso de Larissa, para dar conta da carga horária conturbada, é comum abdicar, inclusive, do tempo de lazer.

“Por exemplo, semana passada eu estava participando de uma atividade acadêmica que exigia intenso estudo, e durante dez dias, absolutamente todo o ‘tempo livre’ que eu teria, eu estava trabalhando. Eu não tive domingo, eu não tive nenhuma noite livre, eu acordei mais cedo todas as manhãs, eu não fui na terapia, não fiz aula de flauta, e isso acontece com alguma frequência, porque as minhas duas atividades às vezes têm um período de hiperexigência. Elas sempre me exigem bastante, mas em alguns períodos elas me exigem muito”, descreve.

Apesar disso, Larissa pretende seguir com a jornada dupla. Para ela, ser professora constitui a própria identidade, sem mencionar a força transformadora da educação. Ao mesmo tempo, advogar também gera um trabalho socialmente valioso.

“É um campo que precisa muito ser disputado, por mulheres, por pessoas que não sejam das classes sociais hegemônicas”.

Não é raro, entretanto, sentir-se seduzida por uma jornada mais “tradicional”. “Recorrentemente eu penso em abrir mão dessas minhas convicções para ter um trabalho burocrático, 8 horas por dia, 5 dias na semana, que eu desligue o computador e esqueça da vida, mas eu não sei se eu vou conseguir. Para a saúde mental, cansaço e qualidade de vida talvez fosse melhor assim. Mas eu também vejo no trabalho como algo constituinte da minha identidade, de quem eu sou. Então é difícil imaginar que eu consiga abrir mão de alguns dos dois trabalhos que eu tenho hoje”, confessa.

Para a consultora de planos de saúde e fotógrafa, Andréia Schultz, a dupla ocupação gera impactos inclusive na saúde. “Isso me deixa bastante estressada quando estou com muito trabalho. Por isso não quero mais pegar um evento de fotografia grudado no outro, porque já fiz isso e fiquei até doente. É muita coisa. Na con-

sultoria não é só fazer a venda e sumir: a gente segue perguntando, segue acompanhando. Eu dou um prazo de 15 dias para entregar as fotografias, mas as pessoas têm o costume da ansiedade. Eu começo a ficar nervosa e não sobra muito tempo. Já tive situações de deixar de sair porque precisava acabar um trabalho”, revela.

O dia a dia de Andréia se intensificou ainda mais nos últimos tempos. A mãe foi internada há poucas semanas e permaneceu 11 dias hospitalizada. Dias depois, foi a própria Andréia, que está em fase final de recuperação de uma cirurgia no ombro, quem precisou ser levada para a emergência por conta de uma pneumonia.

“Fiquei muito mal mesmo. Creio que seja o acúmulo de trabalho, estresse e hospital. Em 11 dias, eu trabalhei, editei fotos, fiquei no hospital, fiz plantão, fiz evento, fiz tudo o que se possa imaginar, com o braço ainda recuperando. Mas vi que o corpo está pedindo calma”, reflete.